

OS ARQUIVOS DA DITADURA NO BRASIL: OS INQUÉRITOS POLICIAIS NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (1964-1969)

Email:
acsocuglia@gmail.com

Afonso Celso Scocuglia
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

O presente texto resume a conferência que proferi no IX Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), realizado entre 7 e 9 de março de 2019 na Universidade de Coimbra, Portugal. O extrato da apresentação que se segue contextualiza e expõe resultados de pesquisa em torno dos 5.410 documentos componentes do Inquérito Policial Militar (IPM) desenvolvido entre 1964 e 1969 no âmbito do IV Exército, sediado em Recife, e que tem como indiciados 52 ativistas da Paraíba (Brasil).

INTRODUÇÃO

Primeiro dia de abril de 1964. Não era mentira. A notícia mais esperada tornou-se realidade. As forças armadas tomaram o poder golpeando o Presidente Goulart e a frágil democracia brasileira. Da promessa que o poder seria devolvido aos civis “em breve” aos 21 anos de duração do Estado militar, os opositores foram tratados como “inimigos da pátria”. E, como dizia o cartaz colocado no DOPS de São Paulo, “contra a pátria não há direitos”.

No entanto, apesar da truculência instituída, apesar de todo o aparato de violência tortura premeditada e sistemática patrocinada pelo Estado e seus aliados nacionais e internacionais, os próceres da ditadura pretenderam legitimá-la e legalizá-la. Desde as manifestações pró-ditadura das classes médias até a disseminação nas mídias das notícias de apoio ao novo regime, passando pelo arcabouço jurídico que tentava legalizar o arbítrio e a força bruta contra os opositores “subversivos e comunistas”, foram criados numerosos dispositivos. Entre eles destacaram-se os atos institucionais (AI-1, AI-2...) e os Inquéritos Policiais Militares (IPM) como mostras cabais de proeminência da “justiça fardada”. As confissões oficializadas após sessões de torturas, por exemplo, tornaram-se rotineiras. A intervenção no poder judiciário, a formulação de novas leis (como as relativas à segurança nacional e o AI-5) e o relevo adquirido pela Justiça Militar não deixam dúvidas quanto ao novo quadro instituído.

Partimos da premissa de que a legitimação e a legalização das intervenções militares no Brasil nunca foram tão relevantes para os próprios militares como no período que vai do golpe de abril de 1964 até a edição do AI-5, em dezembro de 1968. São notórios os vários depoimentos de militares golpistas que procuraram justificar a intervenção como resposta a um apelo da sociedade, especialmente das classes médias preocupadas com a inflação, o comunismo e a agitação social. As modificações da estrutura do poder judiciário, impostas a partir do AI-2 (1965) para legalizar os arbítrios da ditadura contra seus “inimigos internos”, constituíram visível tentativa de legitimar o regime discricionário. Isso sem contar com a implantação do bipartidarismo como forma concreta de justificar politicamente as medidas do Estado militar e legalizá-lo.

Em meio aos processos de legitimação e de legalização do arbítrio, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) tiveram importância crucial. A repressão judicial instalada principalmente sob a direção dos coronéis da “linha dura” – diretos co-responsáveis pelo movimento de perpetuação do regime autoritário – também é sintoma e forte indício da importância dos IPMs. No comando dos IPMs os coronéis da “linha dura” representavam os vencedores e, do outro lado, os principais representantes dos movimentos sociais e políticos vencidos pelos golpistas de 1964 e de 1968.

Na Paraíba, como de resto em todo o país, registrou-se tanto a manifestação contestatória “progressista/de esquerda” como a da manutenção da ordem decretada pela ditadura pós-1964. Professores, estudantes, políticos, sindicalistas, jornalistas, operários, camponeses das Ligas e juventude católica, entre outros, fizeram da década de 1960 uma das mais movimentadas e conturbadas do século XX. Levaram em frente propostas diversas que convergiam na necessidade de que as camadas populares e médias se conscientizassem do momento vivido, “tomassem a história nas mãos”, pois, como dizia a canção, “quem sabe faz a hora e não espera acontecer”. Sabemos que a brutalidade da ditadura recaiu sobre os “subversivos” civis e militares com todas as suas armas, inclusive as judiciais. A imprensa paraibana registrou:

178 prisões sindicalistas urbanos, políticos, professores, estudantes, jornalistas, operários, profissionais liberais, entre outros. 172 prisões de trabalhadores rurais e pequenos produtores acusados de pertencerem às Ligas Camponesas ou a sindicatos e associações rurais. Mais de 40 funcionários públicos demitidos, listas de convocação para depoimentos em Comissões de Investigação criadas em todas as repartições públicas do estado. 28 casos de cassações de prefeitos, vereadores e deputados estaduais (Koury, 2007:9-10).

Para além da repressão intensa, a violência simbólica (Bourdieu, 1993) e o sofrimento social (Kleinman et al., 1997) geraram um clima de pânico e de pavor em parte da população paraibana. Uma das reações que se tornou comum e repetida foi a publicação de notas pagas nos jornais locais (a exemplo de grande parte dos estados brasileiros) nas quais cidadãos procuravam se defender de acusações e delações ou prevenir-se contra possíveis acusações. O jornal Correio da Paraíba, alguns dias depois do golpe militar, trazia a seguinte nota:

“Declaro para os devidos fins que até a presente data nada consta nos arquivos desta Unidade sobre o senhor Fulano de Tal, no que diz respeito às atividades subversivas”. João Pessoa, 6 de abril de 1964. Assinado: Comandante do 15º Regimento de Infantaria do Exército, João Pessoa.

No Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba centenas de pessoas foram indiciadas e, entre 1964 e 1969, submeteram-se, primeiro, ao processo instaurado pelo Grupamento de Engenharia do Exército e o 15º. Regimento de Infantaria e, depois, foram indiciadas pela 7ª. Região Militar do IV Exército (Região Nordeste), com sede em Recife. 52 delas tornaram-se réus. Tramitado, foi concluído em fevereiro de 1969, encontrando-se arquivado no Superior Tribunal Militar (STM) em Brasília desde então. Tal IPM (Processo de Subversão Geral da Paraíba (N.º 70/64) - Autos-Findos N.º 151/69), de 5410 páginas, guarda uma parte ainda não

revelada da história contada sob a ótica da justiça fardada e dos serviços de repressão da ditadura.

Uma das oportunidades presentes para reconstruir parte desse passado concentra-se precisamente nas investigações das peças processuais que a ditadura instalou quando acusou pessoas e entidades civis como subversivas à ordem constituída. Os Inquéritos Policiais Militares são peças decisivas entre os documentos acessíveis para essa reconstrução histórica. Neles, a fúria legalista dos golpistas no poder procura demonstrar e justificar as acusações contra seus opositores sempre representados como “subversivos”, “comunistas” e “inimigos da pátria” em função das suas opiniões, escritos, trabalhos, pregações, livros e propostas. Investigar minuciosamente cada página desses Inquéritos constitui relevante instrumento de reconstrução de parte significativa dessa história encoberta e vigiada. No entanto, a investigação feita com base no IPM da Paraíba não pode ser isolada, ao contrário, deve ser complementada e comparada com os depoimentos orais dos indiciados no processo, além de uma série de outros dados e informações colhidas na imprensa, nos arquivos públicos e privados, enfim, em todas as fontes históricas disponíveis.

Ademais, o fato de que os Inquéritos foram produzidos em todos os estados brasileiros, sem exceção, por si só coloca a dimensão nacional do tema investigado. Importante registrar que esta senda de legalização e legitimação da ditadura não foi propriamente uma novidade no Brasil. Conta com antecedentes históricos marcantes que remontam à própria instituição das forças armadas enquanto instituições políticas decisivas já no Império, no golpe da República, nas ações dos tenentes nas primeiras décadas do século XX, na sustentação da ditadura Vargas, na assunção de Dutra, nas tentativas de enquadramentos dos governos civis posteriores, na crise de 1961 e na derrubada do governo constitucional em 1964. E, embora tal “poder interventor” tenha sido construído com denodo desde o Império chegando ao “monstro” (segundo um dos seus construtores, General Golbery do Couto e Silva) entre 1964 e 1985, as tentativas de legitimação e de legalização ganharam especial relevo a partir dos IPMs e da decretação dos Atos Institucionais (AI) da ditadura militar.

A REPRESSÃO JUDICIAL FARDADA COMO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO ESTADO MILITAR

A princípio, podemos constatar que, desde instituição de um real poder “moderador” herdado do Império e, especialmente, após 1930, as forças militares brasileiras consubstanciaram sua hegemonia direta ou indireta sobre e/ou com os civis. Seja explicitamente, por meio de intervenções diretas, seja pela “tutela amistosa” (Zaverucha, 1996) e pela presença determinante do serviço secreto militarizado (Figueiredo, 2005) ou, ainda, pela instituição da “repressão judicial” (Maciel, 2006) e da “justiça fardada” (Lemos, 2004) executada pelos IPMs e patrocinada pelo Superior Tribunal Militar (STM), tornaram-se notórios os movimentos de vigilância e punição (Foucault, 1986) sobre os “inimigos” (indivíduos e os grupos sociais) internos. Porém, há uma significativa diferença entre as várias intervenções e o “golpe de classe” de 1964 (Dreifuss, 1981) com a instituição concreta (e imaginária, diria Castoriadis, 1982) do Estado militar entre 1964 e 1985. Para além das quarteladas que caracterizaram as outras intervenções diretas, a intervenção de 1964 foi planejada como política estatal hegemônica e duradoura. E como toda hegemonia, para ser, necessitava convencer a sociedade dos seus

propósitos (Gramsci, 1982) e criar seus próprios discursos e seus intelectuais orgânicos. Em outras palavras, precisava legitimar-se no exercício do poder. Para isso, a repressão da “justiça fardada” exercida por meio dos IPMs foi especialmente importante. Tratava-se de, mesmo arbitrariamente, demonstrar à sociedade a legitimidade e o senso de justiça presentes na exemplar punição dos inimigos subversivos. A fortaleza da lei contra os inimigos contrastava com a permissividade das ações dos colaboradores, tantas vezes ilegais e arbitrárias, mesmo aquelas com fortes indícios de corrupção e violência, cujo exemplo mais notório (mas, longe de ser o único) foi o delegado Sérgio Fleury (Souza, 2000).

Ademais, a burocratização e a militarização planejadas do Estado por meio dos construtos institucionais minados por instituições como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) estão hoje demonstradas por farta documentação e análise histórica. Encontram-se explícitos os meandros do poder civil-militar, as brutalidades da repressão, a institucionalização e o crescimento dos serviços secretos, as ferrenhas disputas entre os militares “duros” e os “moderados”, a tortura sistemática como instrumento do Estado, as conexões com outros países da América do Sul, a proximidade com o governo dos Estados Unidos, o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional. Podemos constatar que o período do Estado militarizado de 1964 a 1985 tem sido um dos mais estudados e, certamente, a abundância de fontes próprias da história do tempo presente (Scocuglia, 2007) tem grande responsabilidade neste sentido.

No entanto, a importância estratégica da legitimação e da legalização das ações repressivas do Estado militar não tem sido contemplada na mesma proporção e podemos mesmo afirmar que o papel do STM e dos seus instrumentos legais os IPMs têm sido pouco focados. A “justiça fardada” desempenhou papel decisivo tanto na normatização punitiva como no balizamento do que “era subversivo”, do que podiam ou não podiam os adversários do regime, ou seja, na vigilância dos supostos delitos. Importante argumentar, com Lemos, que

A Justiça Militar, da qual o Superior Tribunal Militar é o órgão máximo, teve a sua inserção no processo político desse período em uma tríplice condição. Como parte do Judiciário, foi órgão complementar do aparato de coerção política e instrumento auxiliar na estratégia de legitimação do regime. Como parte do campo militar, foi arena de confronto entre correntes divergentes quanto aos rumos do processo político (Lemos, 2004:29).

Ademais, sua competência foi estendida aos civis considerados “subversivos” entre os quais, como alvos e réus destacados, encontramos os professores e os estudantes. Entre os próprios juízes do STM, existiram notórias divergências, destacando-se as posições do General Peri Bevilaqua que, durante sua atuação (1965-69), denunciou arbítrios e irregularidades quanto à “instrumentalização política dos IPMs (a bolchevização da Justiça)” e o “risco de transformar-se o país em um imenso quartel, caso não fosse restabelecida a ordem civil” (ibidem, p.31). Certamente, a militarização da justiça focada neste texto constituiu um dos principais alicerces da instituição do Estado militar no pós-golpe de 1964, confirmando-se a tese do golpe de classe (Dreifuss, op.cit.), da formação de um novo bloco histórico hegemônico (Gramsci, op.cit.) que, por meio dos aparelhos de Estado (inclusive o educacional), pretendia não só “limpar” a sociedade dos considerados subversivos, mas disseminar seu poder por todos os poros e

capilares (Foucault, op.cit.) da sociedade brasileira de maneira “legítima” e duradoura. Para isso, a vigilância e a punição deveriam ser exemplares instrumentos do exercício da lei e da ordem por meio da justiça fardada. Nesse processo, o General Bevilacqua foi punido com base no AI-5 (Lemos, op.cit.).

Por seu turno, para os professores, estudantes, políticos, sindicalistas, camponeses das Ligas, advogados, jornalistas e outros acusados este período representou a submissão de uma parte das suas vidas aos arbítrios da ditadura. Os visíveis traumas que alguns carregam até o presente corroboram a tese de que os IPMs representaram o próprio exercício prático da vigilância e da punição legalizadas, da violência simbólica e do sofrimento social. O fato determinante de a ditadura interferir no sistema educacional como uma prioridade da sua dominação não está mais em discussão, pois se tornou evidente. Mas, precisamos entender como os instrumentos legais da ditadura interferiram neste caminho, vigiando, punindo e aparelhando o sistema na disseminação da sua ideologia e da sua hegemonia. Para isso, as teses de Foucault e Gramsci, já citadas, somadas às pesquisas brasileiras antes mencionadas (e outras que emergiram no desenvolvimento da pesquisa) foram de extrema valia. Vigilância e punição, hegemonia e papéis dos intelectuais, ideologia e aparelhos do Estado, somados aos estudos da “justiça fardada”, da “tutela amistosa” dos militares sobre os civis brasileiros, da montagem do “Estado de classe”, da ditadura escancarada, envergonhada e derrotada, além dos estudos sobre as interferências e consequências educacionais (para as instituições e seus protagonistas docentes e discentes) do Estado militar foram decisivos como respaldo das análises da documentação relativa ao IPM, dos depoimentos orais dos indiciados e das demais fontes.

Ao tomarmos a Paraíba como referência brasileira de um tempo presente, que não pode ser esquecido, apresentamos os discursos e as representações dos órgãos repressivos da ditadura por meio dos IPMs que foram determinantes na desmontagem de um quadro político antes marcado pelos avanços da educação politizada, nas organizações das Ligas Camponesas, no movimento político-cultural intenso, na participação decisiva da imprensa, na organização sindical, entre outros.

Deste prisma, separar o presente do passado e tentar esquecer o tempo da ditadura militar é um esforço inútil, pois o passado e o presente são inseparáveis, como nos ensina Le Goff (1992). Mais do que isso: a regressividade metódica, defendida por Bloch (1987), nos mostra que podemos modificar o passado partindo do tempo presente. Por isso mesmo, resquícios e indícios desta história, em grande parte ainda não revelada, frequentemente vêm à tona seja pelo aparecimento de documentos queimados, de fotos de prisioneiros torturados publicadas pela imprensa (como as que mostravam, por exemplo, o jornalista Vladimir Herzog no cativeiro em 1975) ou de várias outras “pontas de icebergs” dos arbítrios legalizados.

Parte da sociedade brasileira clama por esclarecimentos e, em última instância, pela total revelação desta parte escondida. Indivíduos, grupos e familiares continuam a reclamar informações sobre desaparecidos, indenizações pelos danos materiais e morais causados, problemas graves de saúde consequentes dos maus-tratos recebidos etc. Concomitantemente, setores militares reagem, rebatem críticas, tentam justificar – e, portanto, legitimar – o uso institucional da força bruta diante da “guerra” que viviam com os considerados “subversivos” e mostram, acima de tudo, que as convicções da chamada “linha dura” das forças militares não se extinguíram, muito pelo contrário, demonstram estarem vivas. Essa vivacidade seria produto histórico da “tutela amistosa” dos militares sobre os civis no Brasil que continua a existir mesmo depois de duas décadas do fim do Estado militar. Estruturalmente, o autoritarismo brasileiro na

sua versão militarizada, que ao longo da República tem se mostrado recorrente, recrudescer de tempos em tempos, demonstrando que as forças militares mesmo não ocupando o centro do cenário histórico-político da atualidade nunca deixaram os bastidores das decisões políticas estratégicas.

Em outras palavras, sentem-se legitimadas pela história para intervir politicamente. O visível temor dos governos brasileiros pós-1985 em reabrir todas as feridas dos tempos da ditadura postergando o total acesso da sociedade aos documentos e aos arquivos que revelariam os desmandos perpetrados pelas forças repressivas, deixam transparente impressão de que as elites civis ainda temem a possibilidade de novas intromissões militares na vida brasileira. Os documentos elencados e analisados por Lucas Figueiredo no livro *Ministério do Silêncio* (2005), por exemplo, corroboram e dramatizam essa impressão. Ao contrário de países como a Espanha, o Chile e a Argentina que - uns mais outros menos -, conseguiram que as forças civis controlassem e punissem militares responsáveis pelo arbítrio truculento, no Brasil encontramos demonstrações excessivamente tímidas de providências deste tipo. E, é “claro que a base institucional do controle dos civis sobre os militares constitui o ponto nevrálgico da consolidação democrática” (Przeworski, 1993:50).

Certamente, o pretexto de que a anistia de 1979 serviu para ambos os “lados” não consegue explicar a “tutela amistosa” instaurada. De tempos em tempos, há recrudescimentos. Ademais, parte significativa da sociedade civil organizada aposta no esquecimento deste “passado tão presente” e, em última instância, também teme que existam retrocessos. Com efeito, no intuito de contribuir para compreensão de parte dessas histórias e memórias de um tempo ainda presente, além de artigos publicados, divulgamos nossas pesquisas em quatro livros: *Populismo, ditadura e educação: história e memória dos anos 1960* (Editora da UFPB, 2009); *Ditadura militar no Brasil: a voz e a vez dos perseguidos* (Editora da UFPB, 2013); *As provas da ditadura na política e na educação: o Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba (1964-1969)*, (Editora da UFPB, 2015) e *A educação popular nos arquivos da ditadura militar: o método Paulo Freire, a justiça fardada e as reações conservadoras* (Editora da UFPB, 2018).

Para mostrar as representações dos militares condutores dos Inquéritos, dos civis indiciados e das testemunhas de acusação, recortamos e resumimos as partes do IPM da Paraíba. Percorremos os 23 volumes do IPM destacando as acusações formalizadas, as coletas das “provas” da subversão, mandados de buscas e apreensão de documentos, Termos de Perguntas aos Indiciados, testemunhos de acusação, respostas dos indiciados, entre outros. Enfim, todos os caminhos que levaram os golpistas vencedores a tentar condenar os “subversivos comunistas”: do Inquérito local instalado em 1964, passando pelo incremento da justiça fardada do IV Exército (sede em Recife) a partir de 1964 até a conclusão em fevereiro de 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dezembro de 1968. Durante as reuniões em prol da edição do Ato Institucional No. 5 (AI-5) do Estado Militar, o Coronel Jarbas Passarinho, diante da cúpula governamental, mandou “às favas os escrúpulos” que supostamente tinham tido até então os golpistas de 1964. A partir deste Ato a brutal repressão não deveria se preocupar em ser “legalizada” e, sim, deveria intensificar a “guerra total” contra os opositores. Os movimentos e entidades de oposição teriam que ser combatidas com todos os meios repressivos disponíveis. Coincidência ou não, os ímpetus dos

IPMs foram sendo arrefecidos em concomitância com a escalada repressiva. A intensificação da tortura institucionalizada, a repressão aos movimentos de guerrilha e a caçada aos seus principais líderes, o emparedamento político de toda a oposição, os sequestros e os desaparecimentos, os exílios forçados, enfim, naquele momento a “linha dura” do regime militar ditava os movimentos de comando e instituía o terror oficial. No final de 1968, início de 1969, todos os indiciados no IPM da Paraíba obtiveram seus respectivos Habeas Corpus. Os “autos-findos” não condenaram nenhum dos 52 réus. Todos os que tinham sido considerados “perigosos comunistas subversivos” estavam livres por “inépcia da denúncia”.

Apesar de todos os traumas que carregavam depois de quase cinco anos de tramitação do Inquérito Policial Militar. Alguns foram mortos pelo caminho, a exemplo dos líderes camponeses. Outros ficaram seriamente debilitados em função das torturas sofridas. Formalmente, no início de 1969 tinham se livrado do IPM iniciado em 1964. Suas vidas e das suas famílias nunca mais seriam as mesmas. E, para o Brasil como um todo, o pior ainda estava por vir. Começavam os “anos de chumbo” da ditadura e do Estado Militar.

Hoje, 2019: a “tutela amistosa” dos militares sobre os civis, que conformou o Estado brasileiro desde a Primeira República no final do XIX, instala-se no poder central com todas as suas forças. Não mais por meio dos sucessivos golpes de força, mas condicionando e minando “por dentro” a frágil democracia brasileira. O Estado militarizado, que nunca deixou os bastidores, volta ao centro da cena política brasileira. Agora eleito pela maioria dos brasileiros.

A história do tempo presente não é mera repetição do nosso passado, embora dele não se separe. Pelo visto, é bem mais complexa e nos ajuda a prospectar o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, M. (1987). *Introducción a la historia*. México: Fondo de Cultura Económica.

BOURDIEU, P. (1993). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

D'ARAÚJO, M. C. et al. (1994). *Visões do golpe - A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

D'ARAÚJO, M. C. et al. (1994). *Os anos de chumbo - a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DREIFUSS, R. (1981). *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.

FAUCHER, P. (1981). *Le Brésil des militaires*. Montréal: Les presses de l'Université de Montréal.

FERRO, M. (1989). *A história vigiada*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

FIGUEIREDO, L. (2005). *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1986). *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- FREIRE, P. (1984). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GASPARI, E. (2002). *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- GRAMSCI, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KLEINMAN, A. et al. (1997). *Social suffering*. Berkeley: University of Califórnia Press.
- KOURY, M. (2007). *Sofrimento social - Movimentos sociais na Paraíba através da imprensa, 1964 a 1980*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.
- LE GOFF, J. (1992). *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- LEMOS, A. (1994). *Nordeste: o Vietnã que não houve*. Londrina: Editora da UEL.
- LEMOS, R. (2004). *Justiça fardada. O General Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- MACIEL, W. A. (2006). *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- PRZEWORSKI, A. (1993). *Democracia e mercado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- ROUQUIÉ, A. (1982). *L'Etat militaire en Amérique Latine*. Paris: Seuil.
- SCOCUGLIA, A. C. (2001). *Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. São Paulo: Cortez/EdUFPB.
- SCOCUGLIA, A. C. (2007). *Pesquisa histórica da educação do tempo presente*. Lisboa/Portugal: *Revista Lusófona de Educação*, v. 10, p. 27-40.
- SCOCUGLIA, A. C. (2007). *A educação popular nos Inquéritos Policiais Militares pós-1964*. São Paulo: *Eccos Revista Científica*, v. 9, p. 17-38.
- SCOCUGLIA, A.C. (2009). *Populismo, ditadura e educação: histórias e memórias dos anos 1960*. João Pessoa, Editora Universitária – UFPB, 239p.
- SCOCUGLIA, A. C. (2013). *Ditadura militar no Brasil: a vez e a voz dos perseguidos*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 276p.

SCOCUGLIA, A. C. (2015). As provas da ditadura na política e na educação: o Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Editora da UFPB.

SCOCUGLIA, A. C. (2018). A educação popular nos arquivos da ditadura militar: o método Paulo Freire, a justiça fardada e as reações conservadoras. Campina Grande: Editora da UEPB.

SOUZA, M. I. de (1981). Os empresários e a educação - O IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, P. de (2000). Autópsia do medo – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo.

ZAVERUCHA, J. (1996). Rumor de sabres. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.